

Ivan Antônio de Almeida

Liberdade e poder em Marx e Bakunin

Texto publicado originalmente na *Pós-História, Revista de Pós-Graduação em História* da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Assis: UNESP, volume 7, 1999. pp. 207-222.

Superado longo ostracismo nos meios universitários,¹ podemos dizer que, hoje, Marx “é um dos autores pelo qual devemos ter o máximo de piedade, pois foi vítima do pior dos preconceitos, o preconceito a favor”.²

A Queda do Muro de Berlim não foi suficiente para uma revisão e atualização do pensamento deste clássico do século XIX. Partidos e sindicatos, apesar da crise em que se encontram, continuam sendo considerados os principais instrumentos de transformação social, e o Estado, o núcleo do poder político. Participar do processo eleitoral da democracia burguesa, disputando a gestão do estado, principalmente através da ocupação de cargos executivos, continua, por exemplo, sendo a meta das organizações ou dos intelectuais chamados de *esquerda*, no Brasil e no mundo; e são idéias que tem origem no pensamento de Marx que norteiam a reflexão e ação destes grupos e pessoas.

Nossa intenção é propor a discussão de um tema pouco lembrado e retomar um debate muito rico, entre Marx (1818-1883) e Bakunin (1814-1878), que apresenta uma surpreendente atualidade e cujas conclusões questionam a validade daquilo que parece ser consensual entre os grupos influenciados pelo pensamento de Marx. O tema é a transição para a “*sociedade comunista*”, objeto de interesse comum entre Marx e Bakunin, mas cuja divergência quanto aos meios, separou definitivamente esses dois militantes que, diga-se de passagem, chegaram a ter uma profunda admiração um pelo outro.³

I. O eixo desta discussão está em torno das discussões necessárias a esta transição. A primeira questão é verificarmos dois conceitos, “divisão de trabalho”, e “propriedade privada dos meios de produção”, expressões que para Marx eram sinônimos, mas que ele mesmo usou de forma ambígua.

Entre 1845 e 1848 Marx e Engels escreveram que “a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros” (MARX & ENGELS, 1977, p. 46). Sempre que houver *divisão do trabalho*, cujo núcleo central é a separação entre trabalho físico e intelectual, haverá uma forma de propriedade privada. Assim, “divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (Idem). Do que

1 Ostracismo de um século, se tornarmos como referência Manifesto Comunista de 1848 e lembramos que foi após a 2ª. Guerra Mundial que Marx tornou-se tema acadêmico.

2 É o que Roberto Gomes diz à respeito de Tomás de Aquino. Ver GOMES, 1982, p. 12.

3 Como nota Franz Mehring, o melhor biógrafo de Marx, “en el transcurso de treinta años, estos dos hombres no cesaron de atraerse y repelerse mutuamente”. MEHRING, 1943, p. 355.

podemos concluir que a *eliminação da propriedade privada dos meios de produção só é possível pela superação da divisão social do trabalho*. Essa conclusão, embora tenha permanecido, e mesmo aprofundada, com os estudos que resultaram no *Capital*,⁴ era do ponto de vista político, problemática. O que fazer até que tivéssemos um “modo coletivo de produção”? Esta era o problema que foi resolvido com uma *política para a transição*.

A superação da divisão do trabalho, uma das pré-condições para a superação da sociedade capitalista, requeria, àquelas alturas, um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas, projetando a revolução para um tempo indefinido. Assim, no *Manifesto Comunista*, esta vinculação foi suprimida! Referindo-se à forma burguesa de propriedade como “a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros”, diz Marx: “neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada” (MARX & ENGELS, 1968, p. 38). Estava implantada a marca da confusão. Aquilo que num panfleto era palavra de ordem, foi mais tarde usado pelo *stalinismo* como prova de que a URSS tinha completado sua caminhada – com a abolição da propriedade privada⁵ – para o comunismo. A superação da sociedade classista passou a ser possível com a simples abolição da propriedade privada e sua transformação em propriedade estatal!

Com a divisão do trabalho “é dada ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si”, ou ainda, “há uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum” (MARX & ENGELS, 1977, p. 47). É desta contradição, entre o interesse particular e o interesse coletivo, “que o interesse coletivo toma, na qualidade de *Estado*, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, (...) sobretudo, (...) baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre ao quais há uma que domina todas outras. Segue-se que todas as lutas no interior do *Estado*, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes” (Idem, p. 48).

II. Durante a *I Internacional* (1864-1872), a discussão deu-se entre os que propunham “lutas reais”, de baixo para cima, através de auto-organização dos trabalhadores e a negação imediata do Estado e os que reconheciam as “formas ilusórias” da participação na democracia liberal burguesa, como momentaneamente necessárias, uma vez que, neste período, a divisão social do trabalho estava ainda num processo de ampliação, ao contrário dos dias atuais, onde graças à automação, agilizada pela micro-eletrônica, e generalizada pela globalização, reduz-se a distância entre trabalho físico e trabalho inte-

4 “A transformação da propriedade particular esparsa, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade privada capitalista, constitui naturalmente um processo muito mais longo, mais duro e mais difícil que a transformação em *propriedade social* da propriedade capitalista que efetivamente *já se encontra sobre um modo coletivo de produção*. Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpados pela massa do povo” (MARX, 1971b, p. 882, *grifo nosso*).

5 Propriedade privada individual, substituída pela *propriedade estatal*, uma outra forma de propriedade privada, é claro, mas este “detalhe”, ainda hoje, nem sempre é destacado.

lectual.⁶

O “caminho da transição” já estava esboçado quando Marx e Engels, no momento do texto citado acima, afirmam: “segue-se, além disso, que toda a classe que aspira à dominação, como no caso de proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve *conquistar primeiro o poder político*, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigado no primeiro momento (Idem, p. 49, *grifo nosso*)”, *O objetivo de tornar a classe proletária a nova classe dominante, através da posse do aparelho de Estado, exigirá a centralização das organizações políticas dos trabalhadores*, pois o importante, segundo este ponto de vista, não é a auto-organização imediata dos trabalhadores, mas a sua organização, necessariamente centralizada, para apossar-se do poder de Estado. Assim, dentro da Internacional, a polêmica central é em torno de como organizá-la, de uma forma mais ou menos centralizada, polêmica que tem por trás diferentes pontos de vista de como superar a ordem capitalista. Com a guerra franco-prussiana (1870-1871) e a queda da *Comuna de Paris* (1871) as divisões dentro da Internacional tornar-se-ão inconciliáveis, marcando, na prática, o seu fim.

Na *Ideologia Alemã*, Marx apresenta o desenvolvimento universal das forças produtivas como uma condição prévia para a possibilidade da existência de uma sociedade comunista, “como a primeira etapa da revolução operária”, (MARX & ENGELS, 1977, p. 12), como diria pouco depois no *Manifesto*. Sem o desenvolvimento das forças produtivas não teríamos a abundância material necessária e, “apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundice anterior seria restabelecida” (Idem, p. 50).

Com a conquista do poder político, o proletariado não só “utilizará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, mas também para “aumentar o mais rapidamente possível o conjunto das forças produtivas” (Idem, p. 25). *Essa necessidade de um período de transição, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas, é o eixo da teoria e prática política de Marx.*

III. Durante mais de um século a estratégia política de Marx foi seguida por milhões de pessoas e boa parte do planeta foi revolvida por suas idéias. A possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo é subestimada por Marx, daí a necessidade de uma transição. O agente realizador dessa necessidade histórica é a classe operária organizada em sindicatos e partidos políticos. *A teoria política de Marx nunca teve a intenção de superar os limites do capital, mas tão somente preparar a sua superação.* Assim, se o desenvolvimento das forças produtivas foi (e está sendo) realizado pelo próprio capital,

⁶ Respeitáveis pensadores contemporâneos, com Antonio Negri, também reconhecem essa tendência. Negri diz: “Chego, desse modo, a identificar as novas condições da produção: o conhecimento implícito que deve figurar a produção; os capitais humano e cognoscitivo que se tornam cada vez mais importantes, até substituir, tendencialmente, o capital fixo; a implementação dos fluxos de valor por meio de uma cooperação, cada vez mais intensa, dos operadores”. Estão perdidos, no entanto, quanto às conseqüências dessas mudanças: “E então”, pergunta Negri “onde está uma força subjetiva, coletiva, que hoje poderia se tornar herói da inovação política, ou melhor, biopolítica (pois a política já não pode ser separada da vida), diante da crise que nos aflige!”. Cf. NEGRI, 1998.

a teoria política de Marx tem que ser atualizada.

A decorrência do desenvolvimento das forças produtivas é a *superação da divisão do trabalho*, o que completaria as condições para a superação da última forma de sociedade classista e *eliminar a necessidade de uma transição*. Marx já observa essa tendência na indústria britânica da sua época: “Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos” (MARX, 1971, p. 434-435). Essa tendência à automação como fenômeno generalizado, no entanto, é recente. É apenas a partir da década de 70 do nosso século, com a generalização da utilização da micro-eletrônica, que esse fenômeno pode ser notado. Em *O Capital*, Marx ainda indicava como critério de medida do desenvolvimento das forças produtivas o grau da divisão de trabalho. Hoje, podemos dizer que é o inverso. A automação, associada às novas formas de organização do trabalho, privilegia a iniciativa do operário e as equipes polivalentes. *Com as máquinas assumindo o trabalho físico, este toma uma nova forma e assim a identidade entre o trabalho físico e o trabalho intelectual apresenta-se cada vez mais próximas.*⁷

Essa “conquista prévia” do poder político, essa necessária transição entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, está relacionada, é necessário repetir, com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e, como diz Marx, nenhuma formação social desaparece “antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém” (MARX, 1977, p. 25). Assim, enquanto “não houverem desaparecido as condições econômicas que sustentam a luta de classes”, o proletariado continuará “erigido em classes dominante”.⁸

Nessa “primeira etapa da revolução”, o proletariado tem, portanto a missão de completar as tarefas da burguesia, ou seja, de desenvolver as forças produtivas.

Em carta a J. Weydemayer, de 5 de março de 1852, Marx atribui como uma de suas descobertas, “que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado* e que essa mesma ditadura “constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes*” (MARX & ENGELS, 1987a, p. 29).

Essa idéia, sobre a necessidade de uma transição, permanecerá durante toda a vida de Marx e de Engels. No comentário sobre o *Programa de Gotha*, datado de maio de 1875, escreve Marx, “entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma para outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a *ditadura revolucionária do proletariado*” (MARX, 1971a, p. 30).

Não há porque estranhar ou constranger-se com a expressão “ditadura do proletariado”. Para Marx e Engels, tanto quanto para Bakunin e a maior parte dos socialistas contemporâneos, o estado tinha o mesmo significado: um instrumento para o exercício da ditadura de uma classe sobre a outra. Este senso comum entre os socialistas do período é recordado pela dupla Marx e Engels com absoluta clareza: “o poder político propriamente dito é poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX & ENGELS, 1987a, p. 126).

7 A expansão do setor de serviços, em detrimento do setor da produção propriamente dito, é simplesmente a forma contemporânea da classe operária.

8 Anotações de Marx ao livro: “O Estado e a anarquia”, de Bakunin. In: MARX & ENGELS, 1987. p. 73 e 75.

Qualquer classe que detivesse o poder político iria exercer uma ditadura. Marx, em nome do desenvolvimento das forças produtivas, julgava necessária uma “transição”, na qual os trabalhadores, através do seu partido, iriam exercer a sua ditadura sobre os burgueses, enquanto desenvolviam as forças produtivas. Bakunin faz uma crítica mordaz à proposta de Marx: “eles (os marxistas) dizem que esta ditadura – julgo estatista – é um transitório inevitável para chegar à emancipação integral do povo: anarquia ou liberdade, eis o objetivo. Estado ou ditadura, eis o medo. Portanto, *para emancipar as massas trabalhadoras é necessário em primeiro lugar acorrentá-las*” (apud TRAGTENBERG, 1983, *grifo nosso*).

Quanto à forma de chegar-se ao controle do Estado, era uma questão de conjuntura. Marx e Engels sempre estiveram atentos aos acontecimentos históricos para tentar perceber quais eram suas indicações. Social-democracia e bolchevismo foram as formas históricas que tomou o projeto de Marx. Os dois caminhos tem como objetivo a conquista do poder político. São formas diversas para chegar-se ao mesmo objetivo. Tanto é que os partidos comunistas abandonaram, nos países onde a democracia burguesa lhes permitia a participação político-eleitoral, a tática insurrecional, e adotaram uma política social-democrata.

IV. A dificuldade dos teóricos “marxistas” (se é que podemos falar em “teóricos marxistas” nos tempos atuais) em pensar o *tema da liberdade* é coerente com o pensamento político de Marx. Liberdade só é possível de ser pensada quando o Estado deixar de existir. E isto só ocorrerá quando for “destruída a base econômica sobre a qual descansa a existência de classe”. Até lá, pensar em qualquer livre organização das massas operárias de baixo para cima é “tolice” (MARX & ENGELS, 1987b, p. 77). Não é o caso de nos alongarmos, comentado as experiências de 1905 e 1917, quando, pela primeira vez na história, essa “tolice” aparece de maneira concreta e generalizada, sob a forma dos soviets. É necessário notar apenas que: 1º os soviets surgiram espontaneamente, não foram fruto de nenhuma organização (e nem faziam parte do programa de nenhuma organização), e, 2º a liquidação dos soviets, pelo “Estado Operário”, mostra a incompatibilidade entre a auto-organização popular e a manutenção do Estado.

Para Bakunin, “não se trata absolutamente da emancipação parcimoniosamente medida, somente realizável a prazos muito longos, da classe operária, mas da emancipação completa e real de todo o proletariado, não somente de alguns países, mas de todas as nações, civilizadas e não civilizadas, a nova civilização, francamente popular, que deve se iniciar por esse ato de emancipação universal” (BAKUNIN, 1989, p. 43).

A “ditadura do proletariado” marcaria, para Bakunin, uma nova forma de dominação, a mais cruel de todas. “Na realidade seria para o proletariado um regime de caserna, onde a massa uniformizada dos trabalhadores e das trabalhadoras despertaria, dormiria, trabalharia *ao tambor...*” (Idem).

Centrando sua atenção sobre o caráter do Estado, Bakunin conclui que *a tática de conquista do poder político só iria reproduzir uma nova forma de dominação*. Essas diferenças de concepção marcarão o grande embate, ocorrido na *Associação Internacional dos Trabalhadores*, entre os “comunistas autoritários”⁹ e os anarquistas. Os acontecimentos históricos que nos separam do debate entre Marx e Bakunin acabarão por dar aos argumentos de Bakunin um renovado vigor.

9 Uma das expressões usadas por Bakunin ao referir-se aos marxistas.

É interessante notar que a crítica dos teóricos do liberalismo (do século XIX), ao Estado, é mais constante que a de Marx, embora partam de pressupostos diferentes. Para Marx a destruição imediata dos Estados era um absurdo, pois “uma revolução social radical está sujeita a determinadas condições históricas de desenvolvimento econômico” (MARX & ENGELS, 1987b, p. 74). A “transição” exigia a manutenção do Estado. O Estado não era sequer um “mal necessário”, como para os ‘liberais’, pois, do ponto de vista político, a ditadura seria exercida sobre os burgueses, enquanto desenvolvia as forças produtivas. *Para os liberais, o Estado* – enquanto contrato entre indivíduos que cedem parte da sua liberdade – *é um mal permanente*. Daí a preocupação dos liberais em limitar ao máximo a intervenção do Estado sobre os indivíduos.

Depois da *Revolução Russa de 1917*, a discussão sobre a natureza do Estado, entre os socialistas, tornou-se inoportuna. De que adiantaria denunciar o caráter do estado (qualquer que fosse a sua forma) se a ditadura do proletariado era uma necessidade histórica? E a questão da liberdade estava inevitavelmente associada à abolição do Estado. Também não interessava à nova classe dominante discutir a sua própria liquidação, assim como não interessava aos aspirantes do poder discutir o desaparecimento do instrumento que tanto desejavam.¹⁰

Bakunin critica a concepção de liberdade dos liberais, porque “tomam a liberdade pessoal como base e ponto de partida de sua teoria”, ou seja, “segundo essa teoria não são os indivíduos que são criados pela sociedade, impulsionados por alguma necessidade exterior, como o trabalho ou a guerra” (DRESSEN, 1978, p. 77). O indivíduo para Bakunin é, tal como para Marx, um ser social: “somente no seio da sociedade e mediante a atividade comum de toda a sociedade e o homem se converte em homem, chega a ter consciência e também, a possibilidade de realizar toda a sua condição humana; somente esse trabalho comum ou social – único capaz de transformar a superfície terrestre em lugar de moradia favorável ao desenvolvimento da humanidade – poderá libertar-se do jugo da natureza. Sem essa libertação material não poderá haver uma libertação espiritual ou moral. Somente mediante a educação e a formação poderá libertar-se do jugo de sua própria natureza (...) fora da sociedade o homem seria eternamente um animal selvagem ou um santo, o que no final das contas vem a ser a mesma coisa. (...) assim pois, a liberdade não é em absoluto questão de isolamento, mas, pelo contrário, de integração. (...) *o homem só será realmente homem quando respeitar e amar a condição humana* e a liberdade de todos, e quando a sua própria liberdade e sua condição humana é amada, despertada e desenvolvida por todos os demais” e, continua Bakunin, essa liberdade consiste “em que eu não obedeça a nenhuma outra pessoa e que minhas ações somente sejam determinadas pelas minhas próprias convicções, refletidas na consciência uniformemente livre de todos (...). Essa minha liberdade, que desta forma me é confirmada pela liberdade de todos, entende-se até o infinito” (DRESSEN, 1978, p. 77-79).

A liberdade para Bakunin, portanto, pode realizar-se na sociedade “somente me-

10 É verdade que sempre existiam grupos dentro dos partidos comunistas que apontavam a necessidade de compatibilizar a auto-organização popular com a hierarquia dos seus partidos ou com o “Estado Operário” (como Rosa Luxemburgo, criticando a Revolução 1917). Mas esses grupos foram prontamente excluídos ou sufocados pela maioria. Não teriam qualquer possibilidade de verem suas expectativas realizadas, dada a incompatibilidade entre a existência de partidos políticos e Estado e a auto-organização popular. Quanto aos social-democratas (e os comunistas nos países democráticos), satisfizeram-se com as liberdades democrático burguesas.

diante a mais estrita igualdade e solidariedade de todos”. Para isso é necessário “o total desfrute de todas as faculdades e forças de cada um por meio da educação, da instrução científica e do bem estar material, todas essas coisas o indivíduo só pode conseguir através do trabalho material e intelectual, dos músculos e nervos da sociedade inteira” (Idem). Também é necessária a “rebelião do indivíduo humano frente a toda autoridade divina e humana, frente a toda autoridade coletiva e individual”, pois a “*autoridade é negação da liberdade*” (DRESSEN, 1978, p. 80, *grifo no original*).

“*A autoridade é a negação da liberdade*”, este é o pressuposto fundamental do pensamento político de Bakunin. É ele que norteará sua crítica ao Estado, e sua polêmica com Marx, em relação à organização da Internacional. Marx responderá que “a base de sua (Bakunin) revolução social é a vontade e não as condições econômicas” (MARX & ENGELS, 1987b, p. 75). Engels dirá que “a autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social”; que, “se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do porvir restringirá a autoridade até um limite mínimo, onde as condições de produção a façam inevitável, poderíamos nos entender; porém, longe disso, permanecem cegos a todos os fatos que fazem necessária a coisa e arremetem com furor contra a palavra” (MARX & ENGELS, 1987b, p. 65). Engels ilustra o seu pensamento (e o de Marx) com o exemplo das fábricas da época. “O mecanismo automático de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que qualquer dos pequenos capitalistas que empregam operários (...). Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a indústria mesma, é querer destruir as fábricas de fiação a vapor para voltar aos tempos da roca” (MARX & ENGELS, 1987b, p. 64).

V. O pensamento de Bakunin, visto sob a ótica contemporânea, é, em diversos aspectos, mais rico que o de Marx. Por exemplo, ao não excluir o indivíduo de suas preocupações. Marx, ao eleger a luta política como prioridade na sua estratégia de tomada do poder (de Estado) e o partido político como o principal agente da história, diluí o indivíduo na organização.¹¹ Para Bakunin, a autoridade oficial, o Estado, é menos perigosa que a “influência natural da sociedade” e que a “opinião pública”. Seu efeito “é mais suave, mais atrativo, muito mais imperceptível, porém tanto mais poderoso que o da autoridade do estado. Domina os homens através dos usos e costumes, através do acúmulo de opiniões, pré-concebidas e hábitos – tanto da vida material como do espírito e do coração” (DRESSEN, 1978, p. 80-81). Daí que o homem, para rebelar-se contra a influência que “a sociedade exerce naturalmente sobre ele, deve rebelar-se, pelo menos em parte, contra si mesmo” (Idem).

Embora os pontos de vista de Marx e Bakunin fossem parciais, limitados pela própria época, é o pensamento de Bakunin que se revela mais atual. Mesmo que uma auto-organização generalizada dos trabalhadores (e nota-se que Bakunin não estabelece uma hierarquia entre os trabalhadores) não fosse possível sem que as relações de produção estivessem socializadas (o que exige o desenvolvimento das forças produtivas, o que

11 “Para Marx a ‘classe em si’ não tem significado político nenhum. A classe só tem peso político como ‘classe para si’, isto é, como organização – sindicato, partido (*Miséria da Filosofia*) ou mesmo o que viria a ser chamado de Estado Operário”. GALVÃO, 1979, p.77. Ou ainda, como diz o biógrafo de Engels, Gustav MAYER: “La concepción historiográfica de Marx y Engels deja tan poco margen para la subjetividad del individuo como la de Hegel”. MAYER, 1978. p. 576.

significa, sabemos hoje, a generalização da automação através do uso da micro-eletrônica), *lutar pela emancipação da humanidade quer dizer lutar pela sua auto-organização*. Assim como, *socialismo é sinônimo de supressão do Estado e de todas as formas de dominação*, pela generalização do poder. A luta por esse objetivo cria uma “opinião pública”, uma cultura que orienta os trabalhadores nesta direção, preparando-os, através de múltiplas formas e tentativas, para a “vitória final”.

O que a história mostrou é que “*os meios determinam os fins*”. O que deveria ser uma ditadura transitória dos trabalhadores, criou, tanto sob a forma da social-democracia, como sob forma dos regimes comunistas, uma *cultura da subordinação*, que toma formas diversas de acordo com o nível de desenvolvimento e satisfação das necessidades materiais dos trabalhadores. Como eixo dessa cultura da subordinação, temos o *mito do Estado neutro*, que poderia ser utilizado a serviço dos trabalhadores, tanto quanto dos empresários. De acordo com esta cultura, os trabalhadores devem delegar poderes a seus representantes nos seus partidos políticos que, por sua vez, orientarão, de posse do controle do Estado, a política, à favor dos trabalhadores. *A origem deste mito está na teoria da transição de Marx*. A necessidade do fim do Estado, como condição de liberdade do indivíduo, pela superação de todas as formas de dominação e exploração, foi simplesmente esquecida ou relegada ao tempo do “juízo final”.

O que ficou claro com a *Queda do Muro de Berlim* é que a transição marxista não leva à pretendida autodissolução do Estado, pelo contrário, cria uma nova classe dominante que se legitima como representante dos interesses dos trabalhadores. Ao que tudo indica, *entre capitalismo e comunismo não há transição*. Bakunin tem o mérito de ter demonstrando esse fato, através da crítica à teoria da transição de Marx.

A teoria da transição tem legitimado todas as formas de luta pelo poder, não só de classes ou setores de classes subordinadas, mas de setores das classes dominantes, alcançando dimensões que beiram o ridículo, como foi o caso do Afeganistão, onde milenares rivalidades tribais acabaram por incorporar uma ideologia “marxista”. A possibilidade desse fenômeno é que, com a teoria da transição, qualquer grupo que se auto-proclama como o portador do progresso, como o possível gestor de um “Estado Popular”, que desenvolva as forças produtivas e eleve o padrão de vida da classe trabalhadora, pode reivindicar o estatuto de “revolucionário” e utilizar o pensamento marxista (ou de influência marxista) como ideologia legitimada.

VI Pode parecer paradoxal, mas o tempo aproximou Marx e Bakunin. A transição exigida por Marx foi realizada pela burguesia, inclusive pela social democracia e, até certo ponto, pelo socialismo real (que na ex-URSS teve o importante papel de completar a “acumulação primitiva do capital”).

A presente Revolução Industrial representa a socialização das relações de produção, com redução das hierarquias, da distância entre os que pensam e os que fazem. Dentro da fábrica, com a informatização e robotização, essa separação tende a ser rapidamente superada. A ampliação do setor de serviços e a diminuição do número de trabalhadores na produção propriamente dita, representa, à nível da sociedade como um todo, a expansão do setor que pensa sobre o que produz, com a tendência de suplantá-lo inteiramente. Cada vez mais, as máquinas substituem o homem na produção. O novo trabalhador, com uma educação polivalente, não especializada, dedica-se a pensar. A separação entre o pensar e o fazer, teorizada por Taylor e Ford, tende a desaparecer. A

moderna sociedade capitalista toma a forma, cada vez mais próxima, de “fase superior da sociedade comunista”, onde, “quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, “o trabalho não será apenas um meio de viver” (MARX, 1971, p. 21), ou seja, será um trabalho não alienado, um trabalho que afirma o homem como um ser criador, senhor do seu próprio destino.

A força de interesses políticos (tanto os que dominam quanto os que aspiram à dominação) ligados à manutenção do Estado é que pode explicar a ausência de atenção sobre os aspectos que procuramos destacar. A *Queda do Muro de Berlim* não foi suficiente para destruir as seitas (ou as suas vastas áreas de influência) que se formaram a partir da obra de Marx e, em ínfima escala, de Bakunin. *Nada justifica que pensadores de tamanho vigor continuem separados pelas lutas políticas de cem anos atrás*. Suas obras são clássicos do pensamento político. Uma obra não pode ser separada da outra. A compreensão do capitalismo atual exige a superação dessa dicotomia. Permanecer nela é não reconhecer as mudanças pelas quais passou o planeta no último século; é permanecer com um pensamento cristalizado, onde os grupos se digladiam em torno de seus dogmas. A possibilidade de termos juntos dois revolucionários da dimensão de Marx e Bakunin é um privilégio que as novas gerações não podem dispensar.

De Marx e Bakunin, podemos dizer o mesmo que Marx disse, no *Manifesto Comunista*, a propósito do “socialismo e do comunismo crítico-utópico”: “embora os fundadores desses sistemas fossem revolucionários em muitos aspectos, seus discípulos formaram meras seitas reacionárias, pois prendem-se às velhas concepções originais de seus mestres, apesar do progressivo desenvolvimento históricos do proletariado” (MARX & ENGELS, 1987a, p. 138)

BIBLIOGRAFIA:

BAKUNIN, Mikhail. *Escrito contra Marx: conflitos na Internacional*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos, 1989.

DRESSEN, Wolfgang. *Antiautoritarismo y Anarquismo*. Barcelona: Anagrama, 1978.

GALVÃO, Luis Alfredo. “Marx plural”. *Revista Discurso*. São Paulo: USP, n. 10, 1979. pp. 73-78.

GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. São Paulo: Ática, 1982.

MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: uma biografia*. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1978.

MARX, Karl & ENGELS, Fredrich. *A Ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio. Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl & ENGELS, Fredrich. *Cartas filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848*.

São Paulo: Moraes, 1987a.

_____. *O Anarquismo*. São Paulo: Acadêmica, 1987b.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Porto: Portucalense Editora, 1971a.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971b.

MEHRING, Franz. *Carlos Marx el fundador del Socialismo Científico*, historia de su vida. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1943.

NEGRI, Antonio & BARNI, Roberta. “Mundo sem herói”. In: Folha de São Paulo – Caderno Mais. São Paulo, 22 de novembro de 1998.

TRAGTEMBERG, Maurício. “Marx/ Bakunin”. In: *Nova Escrita Ensaio*. São Paulo: Editora Ensaio, ano V, nº 11/ 12, 1983. pp. 279-299.